

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siuffi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 4027/2018-PGJ, DE 29.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 28.5 a 4.6.2018, a serem usufruídos nos dias 17, 18 e 19.12.2018, nos termos dos artigos 3, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4043/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a averbação de tempo de contribuição requerida pelo Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf, de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social, INSS, relativo ao período de 10.11.1983 a 25.5.1985, totalizando 561 (quinhentos e sessenta e um) dias, de serviços prestados à empresa Banco Bradesco S.A., para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos dos artigos 79 e 82 da Lei nº 3.150, de 22.12.2005 (Processo PGJ/10/4205/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4048/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo 29 (vinte e nove) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 21.11 a 19.12.2018, nos termos do artigo 139, inciso II, e 150, *caput*, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4022/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Julio Bilemjian Ribeiro 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2008 a 6 de janeiro de 2009, a ser usufruído no dia 11.1.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4023/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Julio Bilemjian Ribeiro 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 4 a 11.9.2017, a serem usufruídos nos dias 9, 10, 14 e 15.1.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4031/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira 5 (cinco) dias de férias remanescentes, sendo 3 (três) dias referentes ao período aquisitivo 2013/2014 e 2 (dois) dias referentes ao período aquisitivo 2014/2015, a serem usufruídos no período de 26 a 30.11.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4032/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 14ª Zona Eleitoral, no período de 26 a 30.11.2018, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4033/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
George Zarour Cezar	24 e 25.10.2015	29 e 30.11.2018
Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja	30.6.2016	28.11.2018
Rodrigo Cintra Franco	9, 10 e 30.5.2015	17, 18 e 19.12.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4034/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 3942/2018-PGJ, de 21.11.2018, que convocou membros e autorizou servidores para participarem do Seminário de “Segurança Institucional”, os membros abaixo indicados:

- Douglas Silva Teixeira
- George Zarour Cezar

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4035/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo para participar do II Seminário Internacional Brasil-União Europeia, que será realizado no dia 5.12.2018, em Brasília/DF.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4036/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2198/2018-PGJ, de 28.6.2018, com redação dada pela Portaria nº 3184/2018-PGJ, de 19.9.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao segundo semestre de 2018, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTÃO CRIMINAL (Telefone: 98478-2089)
3 (18h01min) a 10.12.2018 (7h59min)	Luciana do Amaral Rabelo

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTÃO CRIMINAL (Telefone: 98478-2089)
3 (18h01min) e 4.12.2018 (7h59min)	Luciana do Amaral Rabelo
4 (18h01min) a 6.12.2018 (7h59min)	Fernando Jorge Manvailer Esgaib
6 (18h01min) a 10.12.2018 (7h59min)	Luciana do Amaral Rabelo

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4037/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Coxim, Victor Leonardo de Miranda Taveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª e 2ª Promotorias de Justiça e o Juizado Especial Adjunto da comarca de Camapuã, no período de 26 a 30.11.2018, em razão de licença do Promotor de Justiça Lindomar Tiago Rodrigues e férias do Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4040/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados, referente ao mês de dezembro de 2018, nos termos do § 1º do artigo 3º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, e da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
28.11 (18h01min) a 5.12.2018 (7h59min)	7ª	Eduardo Fonticilha De Rose	98478-2087
5 (18h01min) a 12.12.2018 (7h59min)	16ª	Ricardo Rotunno	98478-2087
12 (18h01min) a 19.12.2018 (7h59min)	9ª	Fabírcia Barbosa Lima	98478-2087

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4041/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de dezembro de 2018, nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução nº 31/2017-PGJ, de 7.12.2017, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
28.11 (18h01min) a 5.12.2018 (7h59min)	6ª	Jui Bueno Nogueira	99129-2433
5 (18h01min) a 12.12.2018 (7h59min)	4ª	Ana Cristina Carneiro Dias	99129-2433
12 (18h01min) a 19.12.2018 (7h59min)	2ª	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	99129-2433

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4042/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá, referente ao mês de dezembro de 2018, nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução nº 3/2018-PGJ, de 16.3.2018, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
5 (18h01min) a 12.12.2018 (7h59min)	5ª	Luciano Bordinon Conte	99603-9203
12 (18h01min) a 19.12.2018 (7h59min)	2ª	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	99603-9203

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4044/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 2198/2018-PGJ, de 28.6.2018, com redação dada pela Portaria nº 3184/2018-PGJ, de 19.9.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao segundo semestre de 2018, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
26.11 (18h01min) a 3.12.2018 (7h59min)	Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja
10 (18h01min) a 19.12.2018 (7h59min)	Lívia Carla Guadanhim Bariani

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
26 (18h01min) a 28.11.2018 (7h59min)	Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja
28 (18h01min) e 29.11.2018 (7h59min)	Lívia Carla Guadanhim Bariani
29.11 (18h01min) a 3.12.2018 (7h59min)	Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja
10 (18h01min) e 11.12.2018 (7h59min)	Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja
11 (18h01min) a 19.12.2018 (7h59min)	Lívia Carla Guadanhim Bariani

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4045/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston 8 (oito) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2015 a 6 de janeiro de 2016, a serem usufruídos no período de 21 a 28.11.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4046/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Juliana Nonato, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 13ª Zona Eleitoral, no período de 21 a 28.11.2018, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4047/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 3.12.2018, as férias do Promotor de Justiça Gevair Ferreira Lima Junior, concedidas por meio da Portaria nº 2047/2018-PGJ, de 15.6.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4049/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídos no período de 10 a 19.12.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4050/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 75º Promotor de Justiça de Campo Grande, Marcos Fernandes Sisti, para, sem prejuízo de suas funções, atuar em audiência admonitória de advertência sobre os malefícios das drogas, no dia 30.11.2018, às 9h, no prédio do Centro Integrado de Justiça (Cijus) da referida Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4057/2018-PGJ, DE 30.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 31º Promotor de Justiça de Campo Grande, Humberto Lapa Ferri, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 3ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, nos períodos de 3 a 14.12.2018, em razão de férias, e de 17 a 19.12.2018, em razão de licença compensatória pelo exercício da atividade ministerial em plantão da titular Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4021/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Leonardo Coninck de Souza para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4025/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Priscilla Caroline Muta para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4038/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 89/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Angelo Maia Marcelo Pirani, Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia; 1.1) Suplente – Jorge Antonio Arantes Vilela, Chefe da Divisão de Administração de Banco de Dados; 2) Fiscal – Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos, Chefe da Divisão de Suporte de Redes; 2.1) Suplente – Pierre Karlos Brito Kitizo, Analista/Informática/Suporte em Redes (Processo PGJ/10/3376/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4039/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 91/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal – Elvys Tomas Bernal, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I (Processo PGJ/10/3916/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4065/2018-PGJ, DE 30.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Convocar os servidores abaixo relacionados para participarem do curso “Detecção de fraudes em licitação na área de TI”, a realizar-se nos dias 4 e 5.12.2018, das 8h às 11h e das 13h às 17h, no prédio-sede da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, na Av. Ricardo Brandão, nº 232, Itanhangá Park, em Campo Grande – MS:

- Adiy Adi Tranches
- Aline de Souza Finamor
- Bruno Angelo Castelete
- Cícero dos Santos Alves
- Elaine Teresinha Bordão

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 3968/2018-PGJ, DE 22.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar os servidores abaixo nominados, ocupantes do cargo de Chefe de Núcleo, para, sem prejuízo de suas funções, responderem pelo Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução, DAEX, em razão da ausência do titular, João Marcelo Ribeiro dos Santos, conforme o quadro abaixo:

NOME	CARGO	PERÍODO
Jean Claud Borges Maciel Pinheiro	Chefe do Núcleo de Corpo Técnico de Arquitetura e Urbanismo	2 a 13.1.2019
		14 e 15.2.2019
Luciana Agüero Rivas Cavassa	Chefe do Núcleo de Corpo Técnico de Contabilidade e Economia	26 a 28.12.2018
		14 a 21.1.2019
Farley Leles Froes Medeiros	Chefe do Núcleo de Corpo Técnico de Meio Ambiente	22.1 a 1º.2.2019

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 3999/2018-PGJ, DE 27.11.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Renato Teiji Yamamoto, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 23ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 20.11.2018, até ulterior deliberação.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 4000/2018-PGJ, DE 27.11.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Pierre Karlos Brito Kitizo, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Suporte de Redes, no período de 10 a 19.12.2018, em razão de férias do titular, Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 4001/2018-PGJ, DE 27.11.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Carlos Edoardo Novoa Borges de Barros Reis, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de seu filho, a partir de 24.11.2018, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 4003/2018-PGJ, DE 27.11.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 2233/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carolyne Silvestre Oliveira Mendes	2015/2016	30.11 a 19.12.2018	a		7 a 16.8.2017

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Angela Teno Ribeiro do Val	2016/2017	23.7 a 1º.8.2018	18 a 27.2.2019		24.11 a 3.12.2017
Murillo Andrade Yazbek	2016/2017	9 a 28.11.2018			29.11 a 8.12.2018
Taís Conrad	2015/2016	16 a 25.7.2018	10 a 19.12.2018		8 a 17.1.2018
Vânia de Oliveira Coelho Gondim	2016/2017	17.7 a 5.8.2018	4 a 13.2.2019		

PORTARIA Nº 4133/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Maria Aparecida Gomes Bispo	2016/2017	9 a 18.7.2018	4 a 13.2.2019		8 a 17.1.2018

PORTARIA Nº 916/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fernanda Bueno dos Santos	2017/2018	21 a 30.5.2018	18 a 27.3.2019		5 a 14.4.2018

Passe a constar:

PORTARIA Nº 2233/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carolyne Silvestre Oliveira Mendes	2015/2016	17 a 26.6.2019	11 a 20.12.2019		7 a 16.8.2017

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Angela Teno Ribeiro do Val	2016/2017	23.7 a 1º.8.2018	20 a 29.3.2019		24.11 a 3.12.2017
Murillo Andrade Yazbek	2016/2017	9 a 28.11.2018			30.11 a 9.12.2018
Taís Conrad	2015/2016	16 a 25.7.2018	1º a 10.7.2019		8 a 17.1.2018
Vânia de Oliveira Coelho Gondim	2016/2017	17.7 a 5.8.2018	17 a 26.1.2019		

PORTARIA Nº 4133/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Maria Aparecida Gomes Bispo	2016/2017	9 a 18.7.2018	20.2 a 1º.3.2019		8 a 17.1.2018

PORTARIA Nº 916/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fernanda Bueno dos Santos	2017/2018	21 a 30.5.2018	18 a 27.3.2019		3 a 12.4.2018

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 4008/2018-PGJ, DE 27.11.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Tânia Pedro Queiroz Matheus, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 19.11.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 4024/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Flávia Areias de Andrade Coelho, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, a partir de 22.11.2018, nos termos do inciso III do artigo 130, e do artigo 147, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, e § 2º do artigo 37 do Decreto Estadual nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e alínea “g” do inciso I do artigo 11, artigo 71 e §§ 1º e 2º do artigo 72, todos da Lei Federal nº 8.213/91, e, ainda, o artigo 93, §§ 3º e 4º do artigo 94, artigos 95 e 96, todos do Decreto Federal nº 3.048, de 6.5.1999; e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, após o término da licença acima referida, nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º, todos da Resolução nº 001/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 4026/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Marcos Neves Papi, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, nos dias 22 e 23.11.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 4028/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Andreia Daiane Vargas, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Pagamento, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Programação Financeira, nos dias 31.10 e 1º.11.2018, em razão de licença, e no dia 9.11.2018, em razão de licença compensatória referente ao recesso forense da titular, Gladys Esmelda Barrios Amarilha.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 4029/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Andreia Daiane Vargas, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Pagamento, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Execução Financeira, no período 19 a 21.11.2018, em razão de licença da titular, Márcia Corrêa Duarte Hoffmeister.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 4030/2018-PGJ, DE 29.11.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Wilson Flores Velasques, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Contabilidade, no período de 28.11 a 7.12.2018, em razão de férias do titular, Marco Aurelio de Sá Baptista.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**AVISO N. 27/CGMP/2018**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Serão objeto de Correição Ordinária as Promotorias de Justiça abaixo elencadas, **cujos procedimentos correccionais iniciar-se-ão a partir do 15º dia da publicação deste aviso:**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
1ª PJ Três Lagoas
2ª PJ Três Lagoas
3ª PJ Três Lagoas
4ª PJ Três Lagoas
5ª PJ Três Lagoas
6ª PJ Três Lagoas
7ª PJ Três Lagoas
8ª PJ Três Lagoas
9ª PJ Três Lagoas

O procedimento correccional terá início após o transcurso do prazo legal, observada a possibilidade da realização de diligências, que poderão ser determinadas à Assessoria Especial no bojo do procedimento digital, por via remota (SAJ-MP ou SAJ-TJ) ou *in loco*.

A data da visita pessoal do Corregedor-Geral na Promotoria de Justiça correccionada, para conclusão dos trabalhos, será informada em aviso próprio a ser publicado no DOMP.

Campo Grande, 30 de novembro de 2018.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

COMISSÃO ELEITORAL**AVISO Nº 03/2018/CE/CSMP**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I, do § 5º, do artigo 10, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e os artigos 1º e 11, da Resolução nº 05/2018-CPJ, de 4 de outubro de 2018, **AVISA** aos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul que, no dia **7 de dezembro de 2018**, no período **das 9 às 17 horas**, **será realizada a eleição de 9 (nove) Conselheiros para composição do Conselho Superior do Ministério Público, biênio 2019/2020.**

A eleição será realizada pelo Sistema de Eleição Eletrônica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, de conformidade com as instruções a serem enviadas ao *e-mail* funcional dos eleitores, o qual conterá o *link* de acesso ao sistema, consoante previsto nos artigos 1º e 6º, inciso VII, da Resolução nº 10/2018-CPJ, de 19.11.2018.

Campo Grande, 30 de novembro de 2018.

SÉRGIO LUIZ MORELLI
Procurador de Justiça e
Presidente da Comissão Eleitoral

SECRETARIA-GERAL**ORDEM DE SERVIÇO Nº 005/2018-SG/MPMS, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2018**

Institui o Regimento Interno da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Anexo Único da Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, combinado com a alínea “e” do art. 1º da Resolução nº 02/2001-PGJ, de 16 de março de 2001;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o Regimento Interno da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E DA FINALIDADE

Art. 1º A Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (CPAD), tem por finalidade:

- I – definir o modelo de gestão documental;
- II – orientar o processo de avaliação dos prazos de guarda e destinação dos documentos produzidos e recebidos;
- III – elaborar, manter, atualizar e normatizar o conjunto de procedimentos referentes a produção, tramitação, uso, avaliação e destinação final de documentos;
- IV – elaborar planos de classificação e destinação de documentos, tabela de temporalidade, bem como orientar os setores acerca da eliminação de documentos;
- V – prestar orientação aos arquivos setoriais na elaboração do Plano de Destinação e Classificação dos Documentos e da Tabela de Temporalidade.

CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA

Art. 2º A CPAD tem como competência:

- I - prestar orientação aos arquivos das unidades produtoras do Ministério Público;
- II – proceder à triagem dos documentos e processos provenientes da Procuradoria-Geral de Justiça, encaminhados à CPAD para eliminação após a devida classificação e organização pelas unidades produtoras responsáveis.

Art. 3º Para a consecução de suas finalidades, compete à CPAD:

- I – estabelecer regras e diretrizes referentes a produção, movimentação e armazenamento de documentos para cumprimento dos setores responsáveis pelo recebimento, registro, movimentação e guarda documental;
- II – propor políticas de preservação dos documentos produzidos, recebidos e acumulados nos arquivos do Ministério Público;
- III – desenvolver a gestão de documentos do Ministério Público:
 - a) promovendo a orientação dos setores quanto à identificação, classificação e destinação de seus documentos;
 - b) elaborando, atualizando e retificando os Planos de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade, compatibilizando-os com as regras contidas nas instruções normativas baixadas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ);
 - c) reorganizando, por meio de proposta de regulamentação, o arquivamento de todos os documentos no âmbito do Ministério Público;
 - d) administrando a tipologia documental do Ministério Público, promovendo alterações e exclusões que se fizerem necessárias;

- e) submetendo à apreciação do Secretário-Geral todas as alterações julgadas necessárias quanto aos Planos de Classificação de Documentos e à Tabela de Temporalidade;
- f) estabelecendo e realizando a atualização periódica dos prazos de guarda e destinação dos documentos relativos à atividade-meio e à atividade-fim do Ministério Público;
- g) solicitando à Secretaria-Geral a designação de servidores para integrarem a Comissão, temporariamente, conforme a necessidade;
- h) orientando previamente a eliminação documental praticada pelas Promotorias de Justiça, sanando eventuais dúvidas quanto ao plano de classificação, destinação e adequação de seus documentos, observando a Tabela de Temporalidade vigente;
- i) realizando a triagem dos documentos provenientes das unidades produtoras da Procuradoria-Geral de Justiça encaminhados à CPAD para eliminação, após a devida organização e classificação, em conformidade com a Tabela de Temporalidade vigente.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º A CPAD será composta por no máximo 7 (sete) membros efetivos, designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º O Presidente da Comissão será escolhido dentre os membros efetivos pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 2º O Secretário da Comissão será escolhido dentre os membros efetivos pelo Presidente da Comissão.

§ 3º A CPAD será composta também por membros temporários quando a demanda de trabalho for devidamente justificada.

Art. 5º A investidura dos membros da CPAD não excederá a 2 (dois) anos, permitida a recondução de apenas parte de seus membros no período subsequente.

Parágrafo único. Durante o mandato, o membro poderá ser substituído a pedido do próprio interessado ou por força do art. 6º deste Regimento.

Art. 6º A ausência injustificada de qualquer membro da CPAD, por 3 (três) reuniões sucessivas, ou 4 (quatro) alternadas, no período de 1 (um) ano, bem como a reiterada prática de conduta desidiosa e/ou desrespeitosa ensejarão sua substituição, mediante pedido do Presidente ao Secretário-Geral.

Parágrafo único. A justificativa de ausência do membro nas reuniões ou execução dos trabalhos da Comissão deverá ser encaminhada por escrito, via *e-mail*, ao Presidente da Comissão, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º A CPAD funcionará na Procuradoria-Geral de Justiça ou, quando não possível seu funcionamento nesta, em outro prédio do Ministério Público Estadual.

Art. 8º As deliberações da CPAD serão feitas em suas reuniões e formalizadas em atas a serem disponibilizadas na rede do servidor na pasta CPAD.

Art. 9º A CPAD reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês ou extraordinariamente a qualquer tempo, de acordo com o art. 20 deste Regimento.

Art. 10. Os membros efetivos e temporários deverão obrigatoriamente 3 (três) vezes por semana, no mínimo 1 (uma) hora por dia, desenvolver atividades da CPAD.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão poderá deliberar de forma diversa em casos de aumento ou diminuição na demanda de atividades desenvolvidas pelos membros efetivos e temporários.

Art. 11. Após decorrido o prazo previsto na Tabela de Temporalidade, os documentos de guarda corrente e de guarda temporária provenientes das unidades produtoras da Procuradoria-Geral de Justiça poderão ser encaminhados à CPAD juntamente com o respectivo Formulário de Recolhimento de Documentos para Eliminação, constante no Anexo

III da Resolução nº 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, que dispõe sobre a Política de Arquivo, para a devida publicação do ato e fragmentação dos documentos.

Art. 12. Nos termos da Resolução nº 25/2018-PGJ e de acordo com a Tabela de Temporalidade, os documentos oriundos das unidades produtoras da Procuradoria-Geral de Justiça devem proceder a sua organização antes do envio à CPAD, preservando os documentos por meio de caixas ordenadas e devidamente identificadas.

Art. 13. Não serão aceitos pela CPAD os documentos e processos sem a devida classificação na Tabela de Temporalidade, tampouco que não observem os critérios de preservação estabelecidos no art. 12.

§ 1º O processo ou documento apto para a eliminação também deverá contar com a expressa anuência da chefia imediata.

§ 2º A CPAD devolverá ao remetente o processo ou documento que não cumprir os requisitos estabelecidos no art. 12.

Art. 14. Os documentos de caráter sigiloso ou reservado, a serem classificados de acordo com os critérios estabelecidos pelo próprio órgão produtor, ao serem encaminhados à CPAD para eliminação, serão identificados com a indicação dessa situação.

Art. 15. As dúvidas de qualquer natureza relativas aos documentos ou processos arquivados que não forem solucionadas pela CPAD serão submetidas à apreciação do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 16. A CPAD fará publicar no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) Edital de Ciência de Eliminação de Documentos, em se tratando de documentos provenientes da Procuradoria-Geral de Justiça que lhe sejam encaminhados para eliminação.

§ 1º Da mesma forma, as Promotorias de Justiça farão publicar no DOMP Edital de Ciência de Eliminação de Documentos quanto aos documentos provenientes de seus arquivos, conforme a Resolução nº 25/2018-PGJ.

§ 2º O registro dos documentos da Procuradoria-Geral de Justiça a serem eliminados será feito por meio do Formulário de Recolhimento de Documentos para Eliminação, Anexo III da Resolução nº 25/2018-PGJ, e da Listagem de Eliminação de Documentos a ser relacionada no Edital de Ciência de Eliminação de Documentos, Anexo IV da Resolução nº 25/2018-PGJ.

§ 3º O Edital de Ciência de Eliminação de Documentos terá por objetivo dar publicidade ao ato de eliminação de documentos públicos e conterá informações sobre os documentos a serem eliminados.

§ 4º O Edital deverá consignar um prazo de 5 (cinco) a 45 (quarenta e cinco) dias, contados de sua publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou, quando for o caso, para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Art. 17. Cabe à CPAD a revisão e a atualização periódica dos anexos integrantes da Resolução nº 25/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, visando ao aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão e à modernização administrativa.

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 18. Ao Presidente da CPAD incumbe dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Comissão, especificamente:

I – convocar, coordenar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão, ou designar quem o faça;

II – consolidar a pauta das reuniões;

III – representar a CPAD junto aos órgãos da Administração Superior do Ministério Público;

IV – delegar atribuições aos demais membros;

V – convidar, por indicação dos membros da CPAD, autoridades ou técnicos a comparecerem às reuniões, para ofertarem esclarecimentos ou subsídios, sem direito a participação nas deliberações;

VI – fazer cumprir este Regimento;

VII – decidir sobre questões omissas neste Regimento;

VIII – designar membro efetivo para compor a secretaria da Comissão;

IX – elaborar e apresentar ao Secretário-Geral, mensalmente, relatório das atividades da Comissão;

X – dar encaminhamento às deliberações da Comissão; e

XI – solicitar junto à autoridade competente a dotação orçamentária para cobertura das despesas referentes a passagens, diárias e cursos de atualização e capacitação.

Seção I

Dos Membros Efetivos e Temporários

Art. 19. Aos membros efetivos e temporários da CPAD incumbe:

I – participar das reuniões, discutir e deliberar sobre os assuntos constantes da pauta;

II – cumprir os objetivos e as atribuições da Comissão;

III – participar, conforme deliberação em reunião, de grupo de trabalho;

IV – participar das atividades da Comissão, mantendo a presidência informada sobre assuntos que possam potencializar seus resultados;

V – zelar pela implantação e divulgação das ações deliberadas pela Comissão;

VI – encaminhar, com antecedência, sugestões de pauta ao Secretário da Comissão;

VII – apontar necessidades e propostas sobre documentação e arquivo;

VIII – orientar os setores acerca da organização de seu arquivo, com identificação da massa documental, mediante solicitação do setor a ser orientado;

IX – propor à Comissão, sempre que necessário, o aperfeiçoamento da normatização das atividades desenvolvidas.

Parágrafo único. O membro temporário será designado pelo Procurador-Geral de Justiça pelo período de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado ou revogado a qualquer tempo mediante pedido do Presidente ao Secretário-Geral.

CAPÍTULO VI

DAS REUNIÕES

Art. 20. A Comissão reunir-se-á:

I – ordinariamente, uma vez por mês, preferencialmente no primeiro dia útil de cada mês; e

II – extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação do Presidente ou por solicitação de qualquer um dos membros da Comissão, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 1º Da convocação extraordinária constará a pauta dos assuntos a serem tratados.

§ 2º Qualquer matéria urgente ou de alta relevância poderá, a critério do Presidente, ser colocada em discussão ainda que não conste da pauta de convocação.

§ 3º Ao Presidente caberá decidir nas hipóteses em que não for alcançado o consenso, cabendo-lhe o voto de desempate.

§ 4º A Comissão deliberará por maioria simples dos membros presentes.

§ 5º As deliberações da Comissão, quando necessário, serão encaminhadas para aprovação ao Secretário-Geral, o qual poderá, a qualquer tempo, revê-las.

§ 6º O membro que não puder comparecer a uma reunião deverá comunicar ao Presidente, na forma do parágrafo único do art. 6º, sob pena de ser considerado faltoso.

§ 7º O membro proponente da reunião extraordinária deverá apresentar ao Presidente, para conhecimento e aprovação, os assuntos de pauta propostos.

§ 8º O Secretário da Comissão, após deliberação da presidência, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, deverá encaminhar a proposta de reunião extraordinária e os itens da pauta aos demais membros.

Art. 21. As reuniões serão realizadas no prédio da Procuradoria-Geral de Justiça, em local a ser previamente definido, ressalvadas as hipóteses de deslocamentos mediante prévia autorização do Secretário-Geral.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. O Presidente da Comissão estabelecerá o prazo em que os trabalhos objetos das reuniões devam ser concluídos, admitindo-se sua prorrogação, desde que os motivos sejam acolhidos pela Comissão.

Art. 23. As convocações deverão ser acompanhadas de pauta de reunião e, quando for o caso, de documentos ou relatórios que possibilitem o entendimento do tema a ser abordado.

Campo Grande, 30 de novembro de 2018.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA
Promotora de Justiça
Secretária-Geral do MPMS

COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

EDITAL Nº 26/2018

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 26/2018, referente aos documentos do Setor de Contratos, encaminhados através do memorando n. 167/2018/Sead-PGJ, nos termos do disposto do art. 9ª, Parágrafo único da Resolução nº004-2013-PGJ, de 25 de fevereiro de 2013.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos (cpaad@mpms.mp.br), até o dia 07.12.18.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 30.11.2018

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 26/2018

PROVENIÊNCIA – (ÓRGÃO PRODUTOR)		PROCEDÊNCIA – (ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ARQUIVAMENTO)	
Órgão / Setor- Setor de Contratos		Órgão / Setor- Setor Contratos	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
* Pasta arquivo SEAD-Contratos- encerrados, ano de 2006 * Respectivos documentos originais: - Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 13/PGJ/2006 - Empenho 2006NE00915 - Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº35/PGJ/2006 e anexos. - Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº35/PGJ/2006 - Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº35/PGJ/2006 - Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº35/PGJ/2006 - Nono Termo Aditivo ao Contrato nº35/PGJ/2006 - Memorando nº1628/2007/SEAD-PGJ - Contrato nº12/PGJ/2006 - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº12/PGJ/2006 - Memorando nº935/2008/SEAD-PGJ - Parecer nº418/ASSETTEJ/PGJ/2008 - Termo de Conclusão do processo PGJ/10/2243/2007 - Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº12/PGJ/2006 - Termo de Rescisão do Contrato nº12/PGJ/2006	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 26/2018.	Exercício 2000	Exercício 2006

- Termo de Entrega de Imóvel referente ao Contrato nº12/PGJ/2006

- Ofício/SEAD nº480/PGJ/2008 e Anexos

- Termo e Vistoria do Imóvel referente ao Contrato 12/PGJ/2006

- Relatório Fotográfico do Imóvel Locado para Funcionamento das Promotorias de Justiça do Consumidor – Relativo à chuva de 24.07.2007

- Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº32/PGJ/2005

- Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº32/PGJ/2005

- Termo de Rescisão do Contrato nº32/PGJ/2005

- Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº18/PGJ/2006

- Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº18/PGJ/2005

- Contrato nº18/PGJ/2005

- Memorando nº1592/2005/SEAD-PGJ

- Entrega de Correspondência Ref. Nota de Empenho nº 2413

- Ofício nº167/07/1ºPJ

- Memorando 040/2007/DST-PGJ

- Ofício nº050/07-1º PJ

- Memorando nº033/2007/DEPUB/ASSECOM

- Termo Aditivo nº48/PGJ/2005

- Termo Aditivo nº02/2005

- Justificativa ao Contrato nº02/PGJ/2001

- Termo Aditivo nº37/PGJ/2003 do Contrato nº02/PGJ/2001

- Documento 2004NE00033

- Retificação do Termo Aditivo nº47/PGJ/2002 do Contrato nº02/PGJ/2001

- Justificativa referente ao Contrato nº02/PGJ/2001

- Termo Aditivo ao Contrato nº 04/PGJ/2002 do Contrato nº02/PGJ/2001

- Ofício nº429/2002/1º PJ – Naviraí

- Justificativa referente ao Contrato nº02/PGJ/2001

- Termo Aditivo nº04/PGJ/2002 do Contrato nº02/PGJ/2001

- Contrato nº02/PGJ/2001

- Contrato nº03/PGJ/2005

- Documento referente a Nota de Empenho 2004NE00035

- Justificativa referente ao Contrato nº03/PGJ/2000

- Termo Aditivo nº36/PGJ/2003 do Contrato nº03/PGJ/2000

- Ofício nº20/2002/PJPP

- Ofício/SEAD nº034/PGJ/2002

- Termo Aditivo nº03/PGJ/2002 do Contrato nº03/PGJ/2000

- Ofício nº05/2003/PJPP

- Justificativa referente ao Contrato nº03/PGJ/2000

- Termo Aditivo nº45/PGJ/2002 do Contrato nº03/PGJ/2000

- Justificativa referente ao Contrato nº03/PGJ/2000

- Termo Aditivo nº03/PGJ/2002 do Contrato nº03/PGJ/2000

- Contrato nº36/PGJ/2005

- Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº36/PGJ/2005

- Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº36/PGJ/2005

- Primeiro Apostilamento ao Contrato nº36/PGJ/2005

- Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº36/PGJ/2005

- Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº36/PGJ/2005

- Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº36/PGJ/2005

- Contrato nº31/PGJ/2005

- Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº31/PGJ/2005

- Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº31/PGJ/2005			
- Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº31/PGJ/2005			
- Contrato nº37/PGJ/2005			
- Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº37/PGJ/2005			
- Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº37/PGJ/2005			
- Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº37/PGJ/2005			
- Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº37/PGJ/2005			
- Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº37/PGJ/2005			
- Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº33/PGJ/2005			
- Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica nº CCE/246-CO/06.2005			
- Documento de Empenho 2004NE00043			
- Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica nº CCE/094-CO/05.01			
- Contrato nº11/PGJ/2005			
- Documento de Empenho 2005NE01969			
- Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº11/PGJ/2005			
- Contrato nº 2/PGJ/2006			
- Memorando 16/2006/DIAL/PGJ			
- Ofício nº13/2006/DIAL/PGJ			
- Entrega de Correspondência Ref. Nota de Empenho nº 2006NE01672			
- Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº15/PGJ/2006			
- Contrato nº15/PGJ/2006			
- Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº20/PGJ/2005			
- Contrato nº37/PGJ/2006			
- Memorando nº407/DSG/PGJ/2007			
- Entrega de Correspondência Ref. Nota de Empenho nº 2006NE01484			
- Ata 14-9-2006			
- Memorando nº1747/2006/SEAD-PGJ			
- Memorando nº1233/2006/SEAD-PGJ			
- Ofício nº278/2005/Sup. PJD e Anexos			
- Contrato nº30/PGJ/2005			
- Contrato nº20/PGJ/2006			
- Ofício nº16/2006/5ª PJ			
- Termo de Entrega referente ao contrato nº4/PGJ/2006			
- Ofício nº137/2006/SEAD-PGJ			
- Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº4/PGJ/2006			
- Contrato nº4/PGJ/2006			

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Adriana Cristina D. Gomes Spagnol

Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos

EDITAL Nº 27/2018

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 27/2018, referente aos documentos do Setor de Contratos, encaminhados através do memorando n. 480/2018/Sead-PGJ, nos termos do disposto do art. 9º, Parágrafo único da Resolução nº004-2013-PGJ, de 25 de fevereiro de 2013.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos (cpaad@mpms.mp.br), até o dia 07.12.18.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 30.11.2018

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 27/2018

PROVENIÊNCIA – (ÓRGÃO PRODUTOR)		PROCEDÊNCIA – (ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ARQUIVAMENTO)	
Órgão / Setor- Setor de Contratos		Órgão / Setor- Setor Contratos	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
* Pasta arquivo SEAD-Contratos- encerrados, ano de 2007 * Respectivos documentos originais: * Via do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº22/PGJ/2007 * Via do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº22/PGJ/2007 * Via do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº22/PGJ/2007 * Via do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº33/PGJ/2007 * Via do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº33/PGJ/2007 * Via do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº33/PGJ/2007 * Via do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº33/PGJ/2007 * Via do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº33/PGJ/2007 * Via do Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº33/PGJ/2007 * Via do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº33/PGJ/2007 * Via do Termo de Rescisão Unilateral do Contrato nº45/PGJ/2007 * Via do Contrato nº36/PGJ/2008 * Via do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº35/PGJ/2007 * Via do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº35/PGJ/2007 * Via do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº35/PGJ/2007 * Via do Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº35/PGJ/2007 * Via do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº35/PGJ/2007 * Via do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº35/PGJ/2007 * Ofício/SEAD nº489/PGJ/2008 * Comprovante de Entrega de Nota de Empenho Ref. NE03835 * Via do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº51/PGJ/2007 * Via do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº51/PGJ/2007 * Via do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº51/PGJ/2007 * Via do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº51/PGJ/2007 * Via do Primeiro Apostilamento ao Contrato nº51/PGJ/2007 * Ofício/SEAD nº261/PGJ/2009 * Via do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº51/PGJ/2007	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 27/2018.	Exercício 2007	Exercício 2009

* Via do Memorando nº168/2008/SEAD-PGJ
* Via do Contrato nº58/PGJ/2007
* Memorando nº158/2008/SEAD-PGJ
* Via do Contrato nº59/PGJ/2007
* Memorando nº233/2008/SEAD-PGJ
* Solicitação de Prorrogação de Prazo de Entrega
REF. 2007NE04403
* Parecer nº0063/ASETEJ/PGJ/2008
* Via do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato
nº59/PGJ/2007
* Memorando nº363/2008/SEAD-PGJ
* Solicitação de Prorrogação do Prazo de Entrega
REF. 2007NE04403
* Parecer nº089/PGJ/2008
* Termo de Conclusão Ref. Processo
nºPGJ/0181/2008
* Via do Segundo Termo Aditivo ao Contrato
nº59/PGJ/2007
* Memorando nº363/2008/SEAD-PGJ
* Memorando nº160/2008/SEAD-PGJ
* Via do Contrato nº57/PGJ/2007
* Memorando nº2154/2007/SEAD-PGJ
* Via do Contrato nº47/PGJ/2007
* Memorando nº2174/2007/SEAD-PGJ
* Via do Contrato nº48/PGJ/2007
* Documento Clima Teck Ref. Contrato
nº48/PGJ/2007
* Via do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato
nº38/PGJ/2007
* Memorando nº2036/2007/SEAD-PGJ
* Via do Contrato nº36/PGJ/2007
* Memorando nº1681/2007/SEAD-PGJ
* Via do Contrato nº16/PGJ/2007
* Pasta arquivo SEAD-Contratos- encerrados, ano
de 2008
* Respective documentos originais:
* Via do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato
nº07/PGJ/2008
* Via do Quarto Termo Aditivo ao contrato
nº07/PGJ/2008
* Via do Quinto Termo Aditivo ao Contrato
nº07/PGJ/2008
* Via do Sexto Termo Aditivo ao Contrato
nº07/PGJ/2008
* Via do Contrato nº48/PGJ/2008
* Via do Segundo Termo Aditivo ao Contrato
nº25/PGJ/2008
* Via do Contrato nº45/PGJ/2008
* Via do Contrato nº50/PGJ/2008
* Memorando nº810/2008/SEAD-PGJ
* Via do Contrato nº14/PGJ/2008
* Via do Contrato nº33/PGJ/2008
* Memorando nº815/2008/SEAD-PGJ
* Via do Contrato nº11/PGJ/2008
* Memorando nº949/2008/SEAD-PGJ
* Via do Contrato nº09/PGJ/2008
* Memorando nº1038/2008/PGJ-SEAD
* Via do Contrato nº19/PGJ/2008
* Via do Contrato nº46/PGJ/2008
* Memorando nº1072/2008/SEAD-PGJ
* Via do Contrato nº21/PGJ/2008
* Via do Contrato nº24/PGJ/2008
* Via do Contrato nº41/PGJ/2008
* Via do Contrato nº37/PGJ/2008
* Memorando nº1296/2008/SEAD-PGJ
* Via do Contrato nº29/PGJ/2008
* Proposta Detalhe do Contrato nº29/PGJ/2008
* Via do Contrato nº35/PGJ/2008
* Via do Contrato nº60/PGJ/2008
* Documento ref. 2008NE04787 Nota de Empenho

* Via do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº60/PGJ/2008
 * Via do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº60/PGJ/2008
 * Via do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº60/PGJ/2008
 * Via do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº60/PGJ/2008
 * Via do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº60/PGJ/2008
 * Via do Contrato nº58/PGJ/2008
 * Via do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº58/PGJ/2008
 * Via do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº58/PGJ/2008
 * Via do Quarto Termo Aditivo ao contrato nº58/PGJ/2008
 * Pasta arquivo SEAD-Contratos- encerrados, ano de 2009
 * Respectivos documentos originais:
 * Via do Contrato nº14/PGJ/2009
 * Via do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº14/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº43/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº11/PGJ/2009 e anexos
 * Via do Contrato nº12/PGJ/2009 e anexos
 * Via do Contrato nº19/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº44/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº45/PGJ/2009
 * Via do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº45/PGJ/2009
 * Via do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº45/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº42/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº21/PGJ/2009
 * Via do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº21/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº09/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº41/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº10/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº07/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº04/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº05/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº06/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº46/PGJ/2009
 * Via do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº46/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº17/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº18/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº33/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº53/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº51/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº32/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº50/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº48/PGJ/2009
 * Documento 2009NE04923
 * Via do Contrato nº39/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº01/PGJ/2009
 * Via do primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº1/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº20/PGJ/2009
 * Documento 2009NE01151
 * Via do Contrato nº35/PGJ/2009 e Anexo
 * Via do Contrato nº38/PGJ/2009
 * Primeiro Apostilamento ao Contrato nº2/PGJ/2010
 * Via * Pasta arquivo SEAD-Contratos- encerrados, ano de 2011/2012
 * Respectivos documentos originais:
 * Ofício Circular nº157.580.430.073.0096/2009

* Via do Contrato nº23/PGJ/2009
 * Via do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº23/PGJ/2009
 * Via do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº23/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº11/PGJ/2011
 * Via do Primeiro Apostilamento ao Contrato nº11/PGJ/2011
 * Via do Contrato nº52/PGJ/2009
 * Via do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº52/PGJ/2009
 * Via do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº52/PGJ/2009
 * Via do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº52/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº02/PGJ/2011
 * Via do Contrato nº15/PGJ/2010
 * Via do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº15/PGJ/2010
 * Via do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº15/PGJ/2010
 * Via do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº15/PGJ/2010
 * Via do Contrato nº38/PGJ/2008
 * Via do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº38/PGJ/2008
 * Via do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº38/PGJ/2008
 * Via do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº38/PGJ/2008
 * Via do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº38/PGJ/2008
 * Via do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº38/PGJ/2008
 * Via do Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº38/PGJ/2008
 * Via do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº38/PGJ/2008
 * Via do Contrato nº5/PGJ/2011 e Anexos
 * Via do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº05/PGJ/2011
 * Via do Contrato nº18/PGJ/2011
 * Via do Contrato nº28/PGJ/2009
 * Via do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº28/PGJ/2009
 * Via do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº28/PGJ/2009
 * Via do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº28/PGJ/2009
 * Via do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº28/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº34/PGJ/2011
 * Via do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº34/PGJ/2011
 * Via do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº34/PGJ/2011 do Contrato nº37/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº54/PGJ/2008
 * Via do Contrato nº33/PGJ/2010
 * Ofício nº298/2011/Sead-PGJ
 * Via do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº45/PGJ/2009
 * Via do Contrato nº31/PGJ/2010
 * Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº022/2011
 * Via do Contrato nº40/PGJ/2011
 * Via do Termo de Rescisão ao Contrato nº40/PGJ/2011
 * Via do Contrato nº42/PGJ/2008
 * Primeiro Apostilamento ao Contrato nº42/PGJ/2008

* Via do Contrato nº30/PGJ/2010 * Via do Contrato nº26/PGJ/2010 * Via do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº17/PGJ/2009 * Via do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº17/PGJ/2009 * Via do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº17/PGJ/2009 * Via do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº17/PGJ/2009 * Via do Termo de Rescisão do Contrato nº17/PGJ/2009 * Via do Contrato nº13/PGJ/2011 * Via do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº13/PGJ/2011 * Via do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº13/PGJ/2011 * Via do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº13/PGJ/2011			
---	--	--	--

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Adriana Cristina D. Gomes Spagnol

Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE REPETIÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO - SRP

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº 50/PGJ/2018 - SRP (Processo PGJ/10/3832/2018).

Objeto: Registro de Preços objetivando eventual prestação de serviços de teste e recarga de extintores de incêndio, com substituição de peças, para atender o Ministério Público Estadual.

Abertura das Propostas e Documentação:

- Local: Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- Data: 14 de dezembro de 2018.

- Horário: 14 horas.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou na sala de licitações da Procuradoria-Geral de Justiça.

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, em 12/11/2018:

- Pregoeiro: Emerval Carmona Gomes;

- Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;

- Suplente do Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;

- Suplentes da Equipe de Apoio: Gladys Esmelda Barrios Amarilha e Lygia Mara Rosa da Silva Moraes;

- Fiscalização da Ata de Registro de Preços: Secretaria de Administração/PGJ.

Campo Grande, 29 de novembro de 2018.

Emerval Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/1756/2018****PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representada pela Secretária – Maria Cecília Amendola da Motta.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Impressora: 01 unidade

Notebook: 15 unidades

Condicionador de ar: 02 unidades

Cadeira operacional: 01 unidade

Nobreak 1400VA: 04 unidades

Mesa Retangular: 02 unidades

Cadeira Giratória: 01 unidade

Armário Alto: 02 unidades

Data: 06.06.2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE005956 DE 28.11.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4307/2018.**

Credor: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 48/PGJ/2017 - **Ata Registro de Preços nº 17/PGJ/2017.**

Objeto: Aquisição de pasta suspensa em material plástico, cor fumê, com visor, etiqueta, grampo plástico e haste plástica, medindo aproximadamente 37cm x 24cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos). Marca de referência: Polycart, Polibrás Dello, e ACP. Marca: ACP, (item 23); prancheta confeccionada em chapa de fibra de madeira, com fixador de papel em metal na parte superior, medindo aproximadamente 33 cm x 23,5 cm (admitindo-se 2 cm para mais ou para menos). Marcas de referência: Souza, Tilibra e Marcari. Marca: Souza, (item 34); recados autoadesivos, removíveis, medindo 76mm x 102mm, embalagem contendo 1 bloco, com 100 folhas, cor amarela. Marcas de referência: 3M, Polibras e Adelbrás. Marca: 3M, (item 35) e recados autoadesivos, removíveis, medindo, 38mm x 51mm cada, embalagem contendo 4 blocos, 100 folhas por bloco, cor amarela ou pacote com cores variadas. Marcas de referência: 3M, Polibras e Adelbrás. Marca: 3M, (item 36).

Valor total: R\$ 9.539,00 (nove mil, quinhentos e trinta e nove reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE005956 de 28.11.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE005957 DE 28.11.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4308/2018.

Credor: EFICAZ LOGISTICA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTAVEIS EIRELI - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 2/PGJ/2018 - **Ata Registro de Preços nº 2/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de café torrado e moído, aspecto de pó fino, embalado a vácuo, embalagem com 500g, especificação dos ingredientes e informações do fabricante, validade mínima de 6 (seis) meses. Marca: Caboclo Tradicional, (item 3).

Valor total: R\$ 17.080,00 (dezesete mil e oitenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE005957 de 28.11.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE005958 DE 28.11.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4281/2018.

Credor: COMERCIAL S.B.S. EIRELI - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 4/PGJ/2018 - **Ata Registro de Preços nº 3/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de água mineral, não-gasosa, galão, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafão plástico transparente (reposição) com 20 (vinte) litros. Marca: Santa Inês, (item 1).

Valor total: R\$ 1.678,50 (mil, seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE005958 de 28.11.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE005959 DE 28.11.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4306/2018.

Credor: COM GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 39/PGJ/2017 - **Ata Registro de Preços nº 12/PGJ/2017.**

Objeto: Aquisição de serviço de impressão de cartão de visita, papel couchê fosco, 300 g/m², formato 5x9cm, 4/4 cores, laminação BOPP fosco frente e verso, verniz localizado somente frente. Pedido mínimo: 100 (cem) unidades, (item 31).

Valor total: R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE005959 de 28.11.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE005961 DE 28.11.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4280/2018.

Credor: COMERCIAL K & D LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 48/PGJ/2017 - **Ata Registro de Preços nº 17/PGJ/2017.**

Objeto: Aquisição de pasta AZ, capa em papelão plastificado, cor tigrada ou preta, tamanho ofício, lombro estreito, medindo 34cm de altura x 28,0cm largura x 6,0cm espessura da lombada (admitindo-se 1cm para mais ou para menos), com 2 argolas fixas de metal na contracapa, identificador em material plástico na lateral externa. Marcas de referência: Frama, Eagle e Dello. Marca: Frama, (item 17); pasta AZ, capa em papelão plastificado, cor tigrada ou preta, tamanho ofício, lombro largo, medindo 34,5cm de altura x 28,0cm largura x 8,0cm espessura da lombada (admitindo-se 1cm para mais ou para menos), com 2 argolas fixas de metal na contracapa, identificador em material plástico na lateral externa. Marcas de referência: Frama, Eagle e Dello. Marca: Frama, (item 18) e pasta em material plástico transparente, com 3 abas internas e elástico nas extremidades, medindo aproximadamente 34 x 23cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos). Marcas de referência: Polycart, Polibrás, ACP e DAC. Marca: ACP, (item 19).

Valor total: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE005961 de 28.11.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 88/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/3885/2018.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME**, representada por **Nixon Vieira Franco**.

Procedimento Licitatório: vinculado ao **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018** e à **Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018**.

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 24.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI24B2IA HVFE24B2IA; serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 BTU's, 220 V nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado para atender o prédio das Promotorias de Justiça de Dourados:

Valor contratual total: R\$ 3.420,00 (três mil, quatrocentos e vinte reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2018NE000141 e nº 2018NE000142, ambas de 25.10.2018.

Vigência: 31.10.2018 a 31.10.2019.

Data de assinatura: 31 de outubro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 96/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/4302/2018.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto De Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME**, representada por **Nixon Vieira Franco**.

Procedimento Licitatório: vinculado ao **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018** e à **Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018**.

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de 1 (uma) unidade de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 12.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses, Marca/modelo: ELGIN HVFI12B2IA HVFE12B2IA; 3 (três) metros de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 12.000 BTU's; e 1 (um) serviço de instalação de condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 BTU's, 220 para atender a guarita do prédio das Promotorias de Justiça da Capital – Unidade Ricardo Brandão.

Valor contratual total: R\$ 2.090,00 (dois mil e noventa reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000159 e nº 2018NE000160, ambas de 28.11.2018.

Vigência: 29.11.2018 a 29.11.2019.

Data de assinatura: 29 de novembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 90/PGJ/2018.

Processo nº PGJ/10/3791/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2- **KONA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP**, neste ato representada por **Leonardo Cauhi de Oliveira**;

Procedimento Licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preço nº 70/2018, decorrente do Pregão Eletrônico nº 203/2017, Processo Administrativo nº 23117.016045/2017-41, oriundo do Universidade Federal de Uberlândia-UFU.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Aquisição de 4 (quatro) unidades de projetor multimídia para atender a Procuradoria-Geral de Justiça.

Valor total da contratação: R\$ 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000145, de 30.10.2018.

Vigência: A vigência do presente Contrato será o último dia do prazo exigido para a garantia contratual.

Data de assinatura: 9 de novembro de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 31/2018.**

A 26ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº: 06.2018.00003193-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande – MS.

Objeto: objetivo de apurar a falta de preservação da Escola Municipal Izauro Bento Nogueira, localizada na BR 163, nº 1735, em Campo Grande/MS, bem de valor histórico-cultural, tombado pelo Município de Campo Grande, em decorrência das irregularidades constatadas no "Relatório do Estado de Conservação dos Bens Tombados pelo Município de Campo Grande – 2017".

Campo Grande, 30 de novembro de 2018.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça.

EDITAL N. 0049/2018/32PJ/CGR

A 32.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil 06.2018.00003340-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Associação Beneficente de Campo Grande – Santa Casa.

Assunto: Apurar as medidas necessárias à reativação do núcleo de coleta de sangue pela Santa Casa de Campo Grande.

Campo Grande, MS, 29 de novembro de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

TRÊS LAGOAS

EDITAL Nº. 06.2018.00001690-7

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº. 06.2018.00001690-7 no Inquérito Civil abaixo especificado, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil n. 06.2018.00001690-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Terra Sul Extração de Areia Ltda

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente da extração ilegal de areia pela empresa denominada Terra Sul Extração de Areia de Areia LTDA na Fazenda Duas Marias, situada nesta urbe de 22.999 m² ou 2.3 hectares, sendo que deste total cerca de 11.774 m² foram lavrados fora dos limites da Mineração.

Três Lagoas - MS, 28 de novembro de 2018.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CHAPADÃO DO SUL

EDITAL Nº 09/2018/2ªPJCS

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadão do Sul torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003231-8

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido: 1. CEMPRE - Compromisso Empresarial para Reciclagem; 2 Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados – ABAD; 3 Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA; 4 Associação Brasileira de Indústria de Águas Minerais – ABINAM; 5. Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação – ABINPET; 6. Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE; 7. Associação Brasileira da Indústria do PET – ABIPET; 8. Associação Brasileira da Indústria do Plástico – ABIPLAST; 9. Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas – ABIR; 10. Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA; 11. Associação Brasileira de Bebidas – ABRABE; 12. Instituto Socioambiental dos Plásticos - PLASTIVIDA-, ao SIRESP e ao COPLAST, aqui representadas pela PLASTIVIDA; 13. Associação Brasileira das Empresas de Produtos Nutricionais - ABENUTRI; 14. Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares e de Escritório – ABFIAE; 15. Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres – ABIAD; 16. Associação Brasileira da Indústria de Café – ABIC; 17. Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados – ABICAB; 18. Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL; 19. Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo – ABRESI; 20. Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos – ABRINQ; 21. Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal – SINDAN; 22. Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal – SINDIRAÇÕES; 23. Associação Brasileira das Indústrias de Etiquetas Adesivas – ABIEA; 24. Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas Flexíveis – ABIEF; 25. Associação Brasileira de Polímeros – ABPOL; 26. Associação Brasileira de Descartáveis – ABRAD; 27. Associação Brasileira dos Fabricantes de Embalagens Laminadas Flexíveis – ABRAFLEX; 28. Associação Brasileira do Poliestireno Expandido – ABRAPEX; 29. Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil – AFREBRAS; 30. Instituto Brasileiro da Cachaça – IBRAC; 31. Instituto do PVC; 32. COCA-COLA INDÚSTRIAS LTDA; 33. CARGILL ALIMENTOS LTDA; 34. AMBEV S.A.; 35. ATACADÃO S.A.; 36. BRASKEM S.A.; 37. PEPSICO DO BRASIL LTDA; 38. NESTLE BRASIL LTDA; 39. BUNGE ALIMENTOS S.A.; 40. KELLOG BRASIL LTDA; 41. Instituto Aço Brasil; 42. Associação Brasileira do Alumínio – ABAL; 43. Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja – SINDICERV; 44. Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade – ABRALATAS; 45. Associação Brasileira da Indústria de

Leite Longa Vida – ABLV; 46. Indústria Brasileira de Árvores – IBÁ; 47. Associação Brasileira do Papelão Ondulado - ABPO; 48. Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel - ABTCP; 49. SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.; 50. Associação Brasileira da Indústria do Trigo – ABITRIGO.

Assunto: Apurar os danos ambientais, sociais e econômicos decorrentes da falta de implementação da logística reversa de embalagens no Município de Chapadão do Sul/MS e promover a sua implantação.

Chapadão do Sul-MS, 29 de novembro de 2018.

FERNANDA PROENÇA DE AZAMBUJA
Promotora de Justiça

MIRANDA

EDITAL Nº 025/2018

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Procedimento Preparatório 06.2018.00003309-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Marlene de Matos Bossay.

Assunto: Apurar suposta prática de promoção pessoal, em tese, pela Prefeita Municipal de Miranda.

Miranda/MS, 29/11/2018.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA
Promotora de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0189/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00003272-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003272-9

Requerente(s): Ministério Público Estadual e Samuel Fialho de Araujo

Requerido(s): Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar violação ao princípio da impessoalidade na execução da Lei Municipal nº 4.003 de 23 de dezembro de 2013 com relação à permissão de uso de áreas de lojas e unidades comerciais - IC 20/PPS/2014

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 20/PPS/2014 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Ponta Porã/MS, 30 de novembro de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

SIDROLÂNDIA

EDITAL Nº 002/2018/03PJ/SDN

A 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001718-3.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Câmara Municipal de Sidrolândia;

Assunto: “Apurar os fatos narrados na manifestações n.º 11.2018.00001578-4 relativa a irregularidade no pagamento de gratificações e férias dos servidores da Câmara Municipal de Sidrolândia/MS”.

Sidrolândia/MS, 29 de novembro de 2018.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANAUROLÂNDIA

IC Nº 06.2018.00002051-1

Requerente: MPE

Requerido: Prefeitura Municipal de Anaurilândia/MS.

RECOMENDAÇÃO Nº 0002/2018/PJ/AID

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS, apresentado pelo Promotor de Justiça subscritor, no uso das atribuições previstas no artigo 127 Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007¹:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social”²;

CONSIDERANDO que a recomendação “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”³, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual

¹ Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

² MAZZILLI, Hugo Nigro. *Introdução ao Ministério Público*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

³ ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. *Ministério Público em ação*. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República, do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul e do art. 15, *caput*, da Lei Orgânica do Município de Anaurilândia, a Administração Pública deve se pautar pelos princípios da impessoalidade, da moralidade, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que o presente expediente fora instaurado para "apurar suposta desídia do Poder Executivo Municipal em decorrência da negligência na arrecadação de tributos municipais" e que, em reuniões realizadas nesta PJ, tendo como participante o Chefe do Poder Executivo Municipal e sua equipe, apurou-se que há um excesso de débitos de impostos municipais em aberto, sobretudo, IPTU, o que vem de vários mandatos, sendo que se entrou em consenso da necessidade de o Município tomar medidas judiciais para o recebimento de tais valores;

CONSIDERANDO que o Departamento de Arrecadação do Município de Anaurilândia é composto por uma quantidade ínfima de funcionários, o que vem gerando claro prejuízo para a arrecadação municipal em relação aos tributos de sua esfera, bem como, diante da necessidade de se agilizar o procedimento administrativo para se evitar a prescrição tributária;

CONSIDERANDO que cabe ao Chefe do Poder Executivo Municipal proteger e defender os interesses municipais, principalmente, quanto à arrecadação municipal, ajuizar medidas judiciais para tanto, evitando a ocorrência da prescrição tributária;

CONSIDERANDO que ainda que, na reunião, realizada nesta Promotoria de Justiça, contando com membros do Poder Executivo e do Poder Legislativo, a equipe técnica da Prefeitura apontou a defasagem do valor do IPTU e da necessidade de seu aumento a fim de tornar condizente à valorização imobiliária existente atualmente;

RECOMENDA ao Exmº Srº Prefeito Municipal de Anaurilândia/MS, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), para, em até 15 (quinze) dias:

- Promova a reestruturação de toda a equipe de Departamento de cobranças e de arrecadação de tributos, alocando funcionários em número suficiente para realizar o mister, organizando o setor, bem como promova mutirões para agilizar o trâmite da fase administrativa de cobrança dos tributos, principalmente no que concerne ao IPTU.
- Encerrada a fase administrativa, acionar a Procuradoria Jurídica Municipal para o ajuizamento das ações competentes para os recebimentos dos tributos pretéritos e vencidos, atentando-se ao prazo prescricional.
- Organizar o setor competente de cobrança e de arrecadação a fim de que a Secretaria de Finanças tenha controle efetivo e perene a respeito do prazo prescricional dos impostos, podendo ser realizado mutirões, a depender da necessidade da Prefeitura, para agilizar o trâmite administrativo de arrecadação.
- Remeter à Câmara Municipal projeto de lei que corrija a defasagem do valor do IPTU, fazendo as adequações pertinentes.
- Informar a esta Promotoria de Justiça, no prazo fornecido se vai cumprir a recomendação e, em sendo afirmativa a resposta, discriminar, dentro do prazo, todas as medidas adotadas, apresentando desde logo os documentos;
- O descumprimento, total ou parcial, desta recomendação ensejará o ajuizamento da ação cabível para a anulação do ato ilegal, sem prejuízo de eventual ação civil pública de improbidade administrativa.

Ao técnico para: a) notificar o Exmº Srº Prefeito Municipal, bem como o Exmº Sr. Vereador Presidente da Câmara Municipal sobre este expediente; b) Providenciar a publicação para a devida publicidade deste ato; c) decorrido o prazo, com ou sem resposta, certificar e retornar concluso o presente inquérito civil.

Anaurilândia/MS, 29 de outubro de 2018.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI
Promotor de Justiça